

Segundo Parlamento das Religiões Mundiais: a esperança de uma ética mundial na perspectiva de Hans Küng

Renato Kirchner¹

Maria Liliane Oliveira do Nascimento²

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.45915>

ORCID KIRCHNER: <http://orcid.org/0000-0003-3105-1401>

ORCID NASCIMENTO: <http://orcid.org/0000-0002-5128-3042>

Resumo: Neste artigo ressaltamos a relevância histórica dos dois primeiros parlamentos das religiões mundiais, eventos que foram cruciais no processo de aproximação das religiões. Aprofundamos a história e metodologia da Declaração de Ética Mundial, apresentada no Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, no ano de 1993, pelo teólogo ecumênico Hans Küng. Analisamos historicamente a repercussão destes parlamentos, descrevendo seu processo de organização e realização, com o suporte teórico das obras de Hans Küng, Faustino Teixeira, Wagner Lopes Sanchez e outros autores que pesquisaram estes eventos das religiões mundiais. A Declaração de Ética Mundial, do Segundo Parlamento, colaborou para ações significativas de transformação social e diálogo entre as expressões religiosas que estiveram presentes neste transcurso.

Palavras-chave: Parlamento das Religiões Mundiais. Ética Mundial. Diálogo Inter-religioso. Esperança. Hans Küng.

¹ Professor e pesquisador na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Membro do corpo docente permanente da Faculdade de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (PPGCR). Doutor e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, coordena o Programa de Mestrado Stricto Sensu em Ciências da Religião. E-mail: renatokirchner00@gmail.com.

² Mestre em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Coordenadora do Período Integral do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Campinas. E-mail: mlonasc@yahoo.com.br.

Second Parliament of World Religions: the hope of a Global Ethics from Hans Küng's perspective

Abstract: In this article we highlight the historical relevance of the first two parliaments of world religions, events that were crucial in the process of approaching religions. We elaborate the history and methodology of the Declaration of World Ethics, presented in the Second Parliament of World Religions in 1993, by the ecumenical theologian Hans Küng. We have historically analyzed the repercussions of these parliaments, describing the process of their organization and realization, with the theoretical support of the works of Hans Küng, Faustino Teixeira, Wagner Lopes Sanchez and other authors who researched these events of the world religions. The Declaration of World Ethics, of the Second Parliament, collaborated for significant actions of social transformation and dialogue among the religious expressions that were present in this passage.

Keywords: Parliament of World Religions. World Ethics. Interreligious Dialogue. Hope. Hans Küng.

Segundo Parlamento de Religiones Mundiales: La esperanza de una Ética Mundial en la perspectiva de Hans Küng

Resumen: En este artículo resaltamos la relevancia histórica de los dos primeros parlamentos de las religiones mundiales, eventos que fueron cruciales en el proceso de acercamiento de las religiones. Hemos profundizado la historia y metodología de la Declaración de Ética Mundial, presentada en el Segundo Parlamento de las Religiones Mundiales, en el año 1993, por el teólogo ecuménico Hans Küng. Se analizó históricamente la repercusión de estos parlamentos, describiendo su proceso de organización y realización, con el apoyo teórico de las obras de Hans Küng, Faustino Teixeira, Wagner Lopes Sánchez y otros autores que investigaron estos eventos de las religiones mundiales. La Declaración de Ética Mundial, del Segundo Parlamento, colaboró para acciones significativas de transformación social y diálogo entre las expresiones religiosas que estuvieron presentes en este transcurso.

Palabras clave: Parlamento de las Religiones Mundiales. Ética Mundial. Diálogo Interreligioso. Esperanza. Hans Küng.

Recebido em 22/12/2018 - Aprovado em 02/05/2019

Introdução

O Segundo Parlamento das Religiões Mundiais aconteceu depois de um longo processo iniciado no Primeiro Parlamento, cem anos antes de sua realização. Iniciaremos

descrevendo este Primeiro Parlamento das Religiões Mundiais, de 1893, que, “pela primeira vez na história, reuniu responsáveis de tradições religiosas distintas para mútuo conhecimento e sinalização do lugar das religiões no desenvolvimento social”. (TEIXEIRA; DIAS, 2015, p. 130)

O Primeiro Parlamento das Religiões Mundiais, acontecido de 11 a 27 de setembro no ano de 1893, na cidade de Chicago, Estados Unidos, foi considerado “o primeiro encontro formal dos representantes das religiões universais na história do mundo”. (HASSELMANN, 2003, p. 27) O encontro teve a duração de 18 dias, entrando na história das religiões mundiais como um importante acontecimento, sendo considerado a “alvorada do pluralismo religioso”. Ao mesmo tempo, representou a “introdução das religiões asiáticas no Ocidente” e expressou o começo do diálogo inter-religioso e de um novo século. Um dos contemporâneos da época descreveu-o como “talvez a mais importante assembleia religiosa jamais ocorrida”. (HASSELMANN, 2003, p. 28) O Parlamento avaliou a ocorrência como “uma nova era na evolução da vida religiosa para o mundo”. (HASSELMANN, 2003, p. 28) Friedrich Max Müller (1823-1900) considerou-o como “um dos mais memoráveis acontecimentos da história do mundo”. (BRAYBROOKE *apud* HASSELMANN, 2003, p. 27)

Este Primeiro Parlamento marcou a história do diálogo entre as religiões e continua sendo mencionado por muitos estudiosos na contemporaneidade. Wagner Sanchez assim o descreve:

Foi no final do século XIX que se deram as primeiras tentativas de promover o diálogo oficial entre as religiões. Assim, 1893 é considerado por muitos, como o ano que marcou oficialmente o início do diálogo inter-religioso [...] Nesse encontro surgiu o Parlamento Mundial das Religiões, e posteriormente outros encontros do parlamento foram realizados. (SANCHEZ, 2015, p. 86)

Percebemos, através do relato de Sanchez, a importância deste Parlamento impulsionando um novo paradigma na história das religiões universais, ressaltando o evento como propulsor de novos processos que fomentaram mais aproximação e diálogo entre as religiões. Porém, é perceptível a discrepância de anos entre a realização do Primeiro e do Segundo Parlamento Mundiais (1893-1993), fundamentada pelos desafios emergidos no início do século XX, com as duas guerras mundiais e as mudanças profundas ocorridas no campo político, tecnológico, científico e religioso.

Entre os principais organizadores do evento, ressaltamos o famoso precursor budista, Anagarika Dharmapala, representante do budismo Teravada, e o guru indiano Swami Vivekananda. Hans Küng³, ao relatar em uma de suas obras este evento, ressalta:

Gostaria de lembrar que aquele Primeiro Parlamento das Religiões Mundiais foi principalmente a obra de Swami Vivekananda, um monge hindu muito carismático. Foi ele o primeiro a defender o entendimento diante de um parlamento das religiões do Oriente e do Ocidente. Um evento desses nunca se dera antes. O máximo que houvera foram reuniões entre os cristãos. Nesse sentido, Chicago de 1983 foi a estréia. Mas Swami Vivekananda era um representante solitário, a grande maioria dos representantes vinha do Ocidente. (KÜNG, 2005, p. 125)

Apesar de importantes comunidades religiosas (como por exemplo, o Islã) e continentes inteiros não terem sido representados, como o próprio Hans Küng descreve neste relato, evidenciando a presença significativa do monge hindu, o evento produziu seus frutos. A mudança de consciência pode ser comprovada concretamente pelas organizações inter-religiosas que foram surgindo nos anos posteriores à realização do Parlamento.

Chistel Hasselmann (2003, p. 28) elaborou um resgate histórico sobre o surgimento destas organizações que, a partir do Primeiro Parlamento das Religiões Universais, de 1983, em Chicago, começaram a despontar no cenário internacional. Sete

³ Nascido na Suíça, em 1928, padre católico romano, ordenado em 1954. Estudou filosofia e teologia na Gregoriana em Roma, foi professor na Universidade de Tübingen (1960-1996), onde dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica. Exerceu papel central na redação do documento final do Vaticano II, do qual, a convite do Papa João XXIII, foi consultor teológico. Marcou presença na Igreja questionando as doutrinas tradicionais e a infalibilidade papal. Proibido, em 1979, pelo Vaticano de atuar como teólogo católico, foi alvo de debate internacional. Nesta época, foi nomeado pela universidade para a cadeira de teologia ecumênica, tarefa na qual foi imbuído de grande liberdade, dedicando-se prioritariamente à união dos povos, das raças, das religiões e enfatizando o que há de comum entre elas e relativizando o que as separa. Atualmente, mantém boas relações com a Igreja e é presidente da Fundação Ética Global em Tübingen. (KÜNG, 2004)

³ Revista da Amité Judéo-Chrétienne de France, *Sens*, n. 5, p. 211-230, 1998. In CHARMET, Bruno. Diálogo entre Hans Küng e Paul Ricoeur em torno do manifesto para uma ética planetária. Disponível

em:<http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/Conversa_Hans_Kung_Paul_Ricoeur_1996.pdf>. Acesso em 04 dez. 2017.

anos mais tarde, em 1900, em Boston, através, entre outros, de alguns participantes do Primeiro Parlamento, foi fundada a mais antiga organização inter-religiosa, a “Associação Internacional para a Liberdade Religiosa” (International Association for Religious Freedom – IARF). Outras surgiram, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Em consequência das migrações e viagens, o diálogo inter-religioso transformou-se em um movimento que se estabeleceu em muitos países, tornando-se realidade em muitas religiões, especialmente nas igrejas cristãs.

Criaram-se organizações nacionais e internacionais como o “Congresso Mundial da Fé”⁴ (World Congresso of Faith – WCF), em 1936, o “Templo da Compreensão”⁵ (Temple of Understanding – ToU), em 1960, a “Conferência Mundial sobre Religião e Paz”⁶ (World Conference on Religion and Peace – WCRP), em 1970, entre outras, que assumiram a tarefa de superar as tradicionais relações de distanciamento, marcadas pelo espírito do exclusivismo e da irreconciliação entre as religiões. Estas organizações surgiram com o objetivo de colaboração mútua, para que as religiões deixassem o

⁴ A organização tem suas raízes no Parlamento das Religiões Mundiais, realizada pela primeira vez em Chicago, 1893, e na Conferência das Religiões do Império, realizada em Londres, 1924. Inspirado por esses movimentos e suas próprias experiências espirituais, o explorador Sir Francis Young Husband, uma vez descrito como “último grande aventureiro imperial” organizou duas conferências internacionais em Londres, e depois da segunda delas, à sombra de uma guerra iminente, o WCF se estabeleceu como órgão independente. (CONGRESSO MUNDIAL DE FÉ. Diálogo para a vida espiritual. Disponível em: <<http://www.wordfaiths.org/our-history/>>. Acesso em 09 set. 2017).

⁵ Em 1960, Juliet Hollister (1916-2000) criou o Templo da Compreensão (TOU) depois de perceber que o mundo estava em grave perigo, a menos que os dons, a sabedoria e os conhecimentos das tradições religiosas pudessem ser reconhecidos e cultivados para promover mudanças sociais positivas. Ela foi a primeira mulher a fundar uma organização inter-religiosa (The Temple of Understanding. Disponível em: <<http://templeofunderstanding.org/who-we-are/history/written-history/>>. Acesso em 09 set. 2017).

⁶ É a maior e mais representativa coalizão multirreligiosa do mundo que promove a ação comum pela paz, desde 1970, trabalhando para promover o consenso multirreligioso sobre aspectos positivos da paz, bem como ações concretas para parar a guerra, ajudar a eliminar a pobreza extrema e proteger a terra. As origens das “Religiões pela Paz” datam de 1961, quando vários líderes seniores das principais tradições religiosas do mundo começou a explorar a possibilidade de organizar uma “cimeira religiosa”. Eles sentiram a necessidade urgente de os crentes em todo o mundo tomarem medidas para alcançar a paz mundial. Reuniram-se pela primeira vez em Kyoto, Japão, de 16 a 21 de outubro de 1970. Por mais de quarenta anos, continuou reunindo pessoas de fé para cooperar pela paz. A rede de *Religiões pela Paz* é constituída por um Conselho Mundial de líderes religiosos seniores de todas as regiões do mundo, seis conselhos regionais inter-religiosos e noventa conselhos nacionais, a Rede Global de Mulheres da Fé e a Rede Global de Intervenção Juvenil (Religions for Peace. Disponível em: <<http://www.religionsforpeace.org/>>. Acesso em 09 set. 2017).

isolamento e sua incomunicabilidade e pudessem colaborar umas com as outras para o bem de toda a humanidade.

Importante ressaltar ainda o contexto histórico e social em que aconteceu este Parlamento, no final do século XIX, marcado pela sobreposição da razão e do cientificismo em relação à religião. Foi um momento em que a sociedade começou a ser fortemente influenciada pelos ideais do positivismo e principalmente inicia-se o processo de secularização, no qual as grandes religiões começam a perder espaços de poder e a se distanciar do espaço público. Muitos cientistas políticos começam a anunciar o “fim da religião”, previsão esta que não se confirmará no decorrer da história que se seguiu. Hans Küng refuta esta visão pessimista compartilhada por muitos filósofos e sociólogos no início do século XX ao afirmar:

Há cientistas políticos que prevêem para o século XX e XXI um “choque de civilizações”. A eles opomos a nossa visão de futuro, que não se resume simplesmente em um ideal otimista, mas numa visão de esperança realista, as religiões e as culturas do mundo, podem em colaboração com todos os homens de boa vontade, ajudar a evitar a colisão anunciada. (KÜNG, 2005, p. 9)

Muitos acontecimentos ao longo dos anos sucederam-se ao Primeiro Parlamento. Estes caracterizaram-se como entrave para a continuação do diálogo entre as religiões, desestabilizando o mundo: o desmoronamento da sociedade burguesa e do mundo eurocentrista por ocasião da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, provocando o esfacelamento do milenar império alemão, do reino dos czares; o fim dos 400 anos de cristandade protestante e da moderna teologia liberal; o fascismo na Itália, na Espanha e em Portugal, e o nacional-socialismo na Alemanha, que provocou a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, com a perseguição aos judeus e a outros facções étnicas e religiosas. Após estes fatos que abalaram a paz e a ordenação mundial, começaram a surgir muitas organizações que percebem a necessidade do diálogo como caminho para a (re)construção da paz entre os povos.

1. Processo histórico do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais de 1993

O itinerário para a organização do mais importante Parlamento das Religiões Mundiais que, além de celebrar o centenário da realização do Primeiro (1983-1993), apresentou ao mundo o projeto de uma ética mundial elaborado por Hans Küng desde os primórdios de 1980. Este processo foi, na concepção da doutora Christel Hasselmann, a

“gênese da Declaração sobre Ética Global”. (HASSELMANN, 2003, p. 30) Na América, havia sido constituído um grupo de interessados nas questões inter-religiosas, com o objetivo de organizar o Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, ao mesmo tempo em que, na Alemanha, Hans Küng vinha trabalhando em uma ideia por ele denominada de “Projeto Ethos Mundial”.

A semana histórica de 28 de agosto a 4 de setembro de 1993, em que os delegados do Parlamento das Religiões Mundiais discutiram a Declaração para uma Ética Mundial, foi precedida de muitos acontecimentos importantes. Foram quatro anos de preparação intensa para a elaboração deste documento. Hans Küng descreve esta pré-história enfatizando eventos e pessoas que colaboraram neste desafiante processo:

Em 9 e 10 de março de 1989 dei palestras nas universidades de Toronto e Chicago: “Não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões”. Na palestra na capela Rockefeller da Universidade de Chicago, exortei os responsáveis pelo planejamento do centenário do Parlamento Mundial das Religiões de 1893 a proclamar, um século depois, um “novo consenso ético” das religiões. No entanto, tudo era pouco claro nessa época, com exceção de duas coisas: primeiro, o Segundo Parlamento não deveria ser deixado a cargo de nenhuma seita religiosa com recursos financeiros consideráveis que já mostrara interesse nele; segundo, a escola de Teologia da Universidade de Chicago – onde eu fora professor visitante no semestre de inverno de 1981 e tivera ricas experiências inter-religiosas acadêmicas – não queria se envolver na questão. Contudo, ao retornar a Tübingen, recebi um convite datado de 28 de abril de 1989 do então administrador do concílio do parlamento, Ron Kidd, com quem eu falara para traçar o primeiro esboço da Declaração. [...] Neste meio tempo o livro tinha sido lido em Chicago, e em 27 de fevereiro de 1992, o conselho para a preparação do Parlamento finalmente mandou seu diretor executivo, o Dr. Daniel Gómez-Ibañez, para Tübingen. Sua tarefa era persuadir-me para definitivamente elaborar o projeto de uma Declaração para o Parlamento sobre uma Ética Mundial que eu deveria escrever em Tübingen [...] eu o fiz cômico do fato de que o Parlamento das Religiões do

Mundo propiciava uma oportunidade única para a preocupação com uma ética mundial. Era importante não a deixar escapar. (KÜNG, 2001, p. 53-55)

Esta Declaração esboçada por Hans Küng, em um primeiro estágio foi formulada um preâmbulo, e destinada a vários estudiosos competentes de diversas religiões do mundo e concomitantemente debatida em muitas palestras proferidas em diversos lugares⁷. Aos 14 de julho de 1992, o primeiro projeto da Declaração foi enviado aos peritos para correções e comentários, sendo melhorado com as inúmeras sugestões de detalhes, porém, a estrutura básica permaneceu inalterada. O segundo projeto aperfeiçoado foi concluído em 12 de outubro de 1992 e remetido a Chicago para discussão no conselho do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais. Küng relata que “vários cardeais e bispos estudaram atentamente o projeto, como também eruditos e monges de religiões não cristãs”. (KÜNG, 2001, p. 58) Contudo, somente em 13 de junho de 1993, o Dr. Daniel Gómez-Ibañez envia uma resposta positiva. Após breves correções, com a colaboração do colega Dr. Karl-Josef Kuschel e tradução do professor Swidler para o inglês definitivo, Hans Küng envia o documento concluído para o corpo de diretores do Parlamento em 17 de julho de 1993, sendo que, em seguida, veio a aprovação. Mais de cem pessoas das grandes religiões foram envolvidas no processo de consulta.

O documento metodologicamente dividido em três partes contemplou uma distinção entre o nível ético e o puramente legal ou político, com uma definição precisa do termo “Ética Mundial” na primeira parte. Segundo o princípio básico encontrado em todas as tradições religiosas de que “todo ser humano deve ser tratado humanamente” e a “regra de ouro” do “não façais aos outros o que não queres que faça a ti” na segunda parte e as exigências éticas fundamentais que Hans Küng intitulou “mandamentos humanos” (não mateis, não roubeis, não mintais, não cometais imoralidade sexual) explicitadas na terceira parte da Declaração.

As discussões e sugestões recebidas suscitaram os conteúdos necessários e os dispensáveis na Declaração. Inicialmente, Küng (2001, p. 61-62) esboça o que não deveria ser esta Declaração: *uma reduplicação dos Direitos Humanos* – pois uma ética é mais do que direitos e, certamente, não escaparia da acusação, feita especialmente pelas religiões

⁷ Conferência Mundial das Religiões para a Paz, em Mainz, no congresso Mundial de Credos, em Londres, na Associação Internacional para a liberdade Religiosa, em Hamburgo, no Instituto Shalom Hartman, em Jerusalém, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, no Templo do Entendimento e na ONU, em Nova York. (KÜNG, 2001, p. 57)

indianas, que se tratava de um documento “ocidental”; *uma declaração política* – se as religiões fizessem enunciados concretos sobre questões ligadas diretamente à política ou à economia mundiais, a Declaração seria arrastada para as discussões e confrontações da política mundial, agravando o abismo político em vez de construir uma ponte sobre ele. Desse modo, nenhuma teoria ocidental moderna específica de estado ou da sociedade poderia constituir a base de tal Declaração; *um sermão moral casuístico* – se o documento se perdesse na descrição de comandos e preceitos, cânones e parágrafos, e com enunciados impositivos, seriam rejeitadas *a priori* por muitas pessoas e não poderiam produzir consenso. Adentrar em questões morais como o divórcio e a eutanásia, que possui controversas em todas as religiões e nações, significaria minar a Declaração desde o início; *um tratado filosófico* – se as religiões se apoiassem numa ética filosófica moderna, não importa se inspirada pela filosofia linguística, pela teoria crítica da Escola de Frankfurt ou alguma teoria da história, elas dificilmente iriam além dos modelos pragmáticos. Uma ética mundial não poderia se dirigir apenas a intelectuais e pessoas instruídas, porém, necessariamente, uma Declaração sobre uma ética mundial deveria ser formulada de modo que os filósofos, agnósticos e ateístas, pudessem aceitá-la mesmo que não compartilhassem com o fundamento transcendente de tal Declaração; *uma proclamação religiosa entusiástica* – se as religiões simplesmente invocam a consciência cósmica, a harmonia global, a criatividade espiritual, a unidade universal, o amor abrangente... Deixando de explicitar com seriedade a realidade econômica, política e social da atual sociedade tecnológica e capitalista, elas estariam se alienando da realidade.

Uma Declaração das Religiões sobre uma Ética Mundial deveria, na concepção de Hans Küng, “indicar claramente que é uma Declaração de homens e mulheres com motivação religiosa, e convencidos de que o mundo empírico presente não são a realidade e a verdade espirituais últimas, supremas e absolutas”. (KÜNG, 2001, p. 63)

Positivamente, uma ética está primariamente voltada “à esfera íntima de uma pessoa, o âmbito da consciência do coração” (KÜNG, 2001, p. 63), e uma Declaração de Ética Mundial penetra o nível ético mais profundo, o nível dos valores impositivos, sendo critérios irrevogáveis e posturas íntimas básicas. Precisando, especificamente: *ser capaz de garantir consenso* – devendo contemplar a unanimidade moral e não apenas unanimidade numérica; *ser autocrítica* – endereçada não apenas ao mundo, mas a si mesma. Não encobrindo o seu frequente fracasso em estabelecer a paz e afirmando inequivocadamente ter o caráter não apenas de gentil confirmação, mas de construtiva comparação; *estar vinculada à realidade* – o mundo deve ser visto como realmente é, não como deveria ser. Nem sempre é fácil descobrir o que é verdadeiramente humano, mas qualquer um pode exemplificar o que é realmente desumano; *ser compreensível para todos* – argumentos técnicos e jargão científico devem ser evitados. Tudo deve ser expresso numa

linguagem que pelo menos o leitor comum de jornais compreenda e possa ser traduzida para outras línguas; *ter um fundamento religioso* – ainda que os destinatários sejam todas as pessoas, incluindo as que não são religiosas, deve estar claro que para as religiões uma ética tem um fundamento religioso. Para os que possuem uma motivação religiosa, uma ética tem a ver com confiança numa realidade suprema última, seja qual for o nome que esta receba e sem importar a natureza entre as diferentes religiões.

Este critério do fundamento religioso da Declaração se deparou com a complexa discussão se teria ou não o nome de Deus. A este questionamento, Hans Küng afirma categoricamente: “estava claro para mim desde o início que os representantes do budismo não teriam aceitado o nome de Deus em tal Declaração”. (KÜNG, 2001, p. 66) A reação dos budistas durante o Parlamento confirmou esta intuição de Küng. No início da primeira sessão da assembléia dos líderes religiosos, o venerável Samu Sunim do templo zen-budista leu uma Declaração que reclamava a falta de conhecimento e sensibilidade por parte de certos líderes religiosos “com grande perplexidade vimos líderes de diferentes tradições definirem todas as religiões como religiões de Deus e inadvertidamente alinhar Buda com Deus”. Em virtude disso os budistas quiseram então declarar:

Gostaria de tornar sabido para todos que Shakiamuni (Gautama) Buda, o fundador do budismo, não foi Deus ou um deus. Ele foi um ser humano que alcançou plena iluminação por meio da meditação e mostrou-nos o caminho do despertar espiritual e da liberdade. Por conseguinte, o budismo não é uma religião de Deus. O budismo é uma religião de sabedoria, iluminação e compaixão. Como os adoradores de Deus que acreditam que a salvação é acessível mediante a confissão dos pecados e uma vida de oração, nós budistas acreditamos que a salvação e a iluminação são acessíveis a todos mediante a remoção da impureza e da ilusão, e uma vida de meditação. No entanto, diferentemente dos que crêem em Deus separado de nós, os budistas acreditam que Buda, que significa “o que está desperto e iluminado”, é inerente a todos nós como Buda – natureza ou Buda – mente. (KÜNG, 2001, p. 68)

Essa declaração dos budistas, segundo Küng, não se limitava de modo nenhum à crítica, mas era um convite para respeitar com seriedade as diferentes abordagens religiosas da espiritualidade e da salvação. Esta discussão em relação ao *nome de Deus* amenizou-se quando os budistas afirmaram que o exercício da sensibilidade uns para com os outros e o aprendizado de uma linguagem inclusiva e abrangente era necessário. Concluíram dizendo “sugerimos o uso *Grande Ser ou poder transcendente ou Autoridade Superior* em vez de Deus [...] estamos abertos a outras sugestões e discussões nesta matéria”. (KÜNG, 2001, p. 69) As ponderações foram ouvidas em “respeitoso silêncio” pelos delegados, houve outras discussões dentro da estrutura da assembléia, mas elas se referiram principalmente ao futuro do Parlamento das Religiões Mundiais e a questões sobre colaboração entre elas. A proposta de um muçulmano de rebaixá-la para documento de trabalho não obteve maioria.

Na seção sobre “a cultura da não-violência” algumas pessoas (particularmente em vista da desesperadora situação dos muçulmanos na Bósnia) acharam que “o direito à autodefesa” não foi ressaltado com clareza suficiente. Também se afirmou que o texto da Declaração falava pouco sobre a família e um lado particular expressou a objeção de que toda a Declaração era demasiado ocidental. Ao mesmo tempo em que a Declaração suscitou estes questionamentos, Hans Küng (2001, p. 74) ressaltou que:

a) Nenhum dos lados pôs em questão a necessidade e utilidade de uma Declaração para uma Ética Mundial;

b) A exigência ética básica que “todo ser humano deve ser tratado humanamente” foi aceita como algo natural (além disso, ela também foi reconhecida no projeto feito pela UNESCO, em Istambul, em abril de 1993);

c) A segunda exigência básica complementar, a “regra de ouro”, foi igualmente aceita como ponto pacífico. Esta regra tão fundamental mostrou que a ética comum das religiões não é uma nova invenção, mas apenas uma nova descoberta.

A Declaração em seus mais de 6.000 participantes contou com uma significativa representação de inúmeras expressões religiosas, vale ressaltar a notoriedade das assinaturas que comprovam o compromisso ético dos delegados que estiveram presentes no Segundo Parlamento das Religiões Mundiais. (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p. 39-41) A presença das religiões monoteístas, orientais e nativas, oriundas do Ocidente e do Oriente, bem como de intelectuais e pastores destas religiões constata a amplitude do diálogo com esta grande variedade de cosmovisões.

2. A Declaração do Projeto de Ética Mundial: Esperança de diálogo entre as religiões mundiais

A Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais elucida nos princípios que “reiteradas vezes, em diversos lugares do mundo, observamos que líderes e adeptos de *religiões* instigam à agressão, ao fanatismo, ao ódio e à xenofobia; inspiram e legitimam até mesmo confrontos sangrentos e marcados pela violência”. (KÜNG, 2001, p. 15) Assim, usurpa-se a religião para fins meramente voltados à conquista do poder político, até o extremo da guerra. Diante dessas constatações, afirma-se nos seus princípios de uma ética mundial:

Condenamos todos esses desenvolvimentos e declaramos que isso não tem que ser assim. Já existe uma *ética* nos ensinamentos religiosos capaz de oferecer orientação diversa à desses desdobramentos globais funestos. Embora essa ética não ofereça soluções diretas para todos os imensos problemas mundiais, oferece a base moral para uma ordem individual e global melhor: uma visão capaz de afastar homens e mulheres do desespero, e as sociedades, do caos. (KÜNG, 2001, p. 15)

Hans Küng, continua nestes termos, um pouco mais adiante:

Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões capaz, de constituir a base para uma ética mundial. (KÜNG, 2001, p. 16-17)

Estas alegações da Declaração formalizam o *consenso* fundamental mínimo que diz respeito a *valores* obrigatórios, *parâmetros* inamovíveis e *atitudes* morais básicas, que detalharemos nos tópicos elencados a seguir. Os delegados provenientes de diversas religiões e regiões, ao se dirigirem a todos os seres humanos, religiosos e não-religiosos, expressaram as seguintes convicções:

- a) Todos nós somos responsáveis por uma ordem mundial melhor;
- b) Nosso posicionamento em favor dos direitos humanos, da liberdade, justiça, paz e preservação da Terra dão-se de forma incondicional;
- c) Nossas tradições religiosas e culturais diversas não nos devem impedir de assumir um posicionamento ativo e comum contra todas as formas de desumanidade e em favor de mais humanidade;

d) Os princípios manifestados nesta Declaração podem ser assumidos por todos os seres humanos que sustentam convicções éticas, sejam elas de fundamento religioso ou não;

e) Nós, no entanto, como *peças religiosas ou de orientação espiritual* – que fundamentam suas vidas numa realidade última, da qual retiram força e esperança espiritual, em uma atitude de confiança, de oração ou meditação, em palavras ou pelo silêncio – estamos especialmente comprometidos com o bem da humanidade como um todo, e preocupados com o planeta Terra. Não nos consideramos melhores que outras pessoas, mas temos confiança que a sabedoria milenar de nossas religiões seja capaz de apontar caminhos, também para o futuro.

Estas convicções partilhadas e assumidas em conjunto pelos representantes do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais confirmam a presença de um consenso coletivo expresso nas terminologias “nós”, “nosso/nossa” empregada na Declaração. Também percebemos, nas palavras que permeiam estas convicções, uma esperança realista, pautada no anseio que “a humanidade, hoje em dia, disporia de recursos econômicos, culturais e espirituais suficientes para dar início a uma ordem mundial melhor”. (KÜNG, 2001, p. 17)

A situação dramática mundial nos leva a acreditar que a humanidade não precisa “apenas de programas e ações políticas. Ela precisa também de uma *visão de convivência pacífica dos povos*”. (KÜNG, 2001, p. 19) Contudo, cabe às religiões (apesar de todo o mau uso que se faz delas, e de seus frequentes fracassos históricos) a responsabilidade de manter vivas essas esperanças, objetivos, ideais e parâmetros.

2.1. O desafio básico: Todo ser humano tem de ser tratado de forma humana. Princípios fundamentais de uma ética mundial: a humanidade e a reciprocidade “regra de ouro”

O ser humano é falível e incompleto, limitado e com defeitos, pois acreditamos que somos cientes da realidade do mal que o circunda. Porém, em virtude do bem da humanidade, a Declaração expressa como desafio os elementos básicos de uma ética comum à humanidade, tanto para os indivíduos como para as comunidades, organizações, estados e religiões. A forma desumana pela qual as pessoas são tratadas em toda a parte do mundo: privadas de suas chances de vida e de sua liberdade, os direitos humanos pisoteados e a desconsideração de sua dignidade humana são de conhecimento de todos. Diante das desumanidades descritas, a Declaração reafirma “nossas convicções religiosas e éticas exigem: todo ser humano tem de ser tratado de forma humana!” (KÜNG, 2001, p. 21) Descrevendo de forma mais veemente:

Todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social é dotado de uma dignidade intocável e inalienável. Todos, portanto, tanto para o Estado como o indivíduo, estão obrigados a respeitar essa dignidade e garantir-lhe defesa efetiva. Também na economia, na política e nos meios de comunicação, em institutos de pesquisa e em empreendimentos industriais, o ser humano deve ser sempre sujeito de direito, deve ser, enfim, jamais um mero objeto de comercialização e industrialização. Ninguém está “além do bem e do mal”: nenhuma pessoa e nenhuma classe social, nenhum grupo de interesses, por mais influente que seja, e nenhum cartel de poder, nenhum aparato policial, nenhum exército e muito menos Estado algum. Ao contrário: todo ser humano, como ser dotado de razão e consciência moral, está obrigado a comportar-se de forma verdadeiramente humana, e a não se comportar de forma desumana; está obrigado a fazer o bem e não fazer o mal. (KÜNG, 2001, p. 23)

Destacamos neste tópico da Declaração a importância da *dignidade humana* para os presentes, bem como a constante afirmação da palavra “*obrigação*” de forma impositiva, ressaltando o compromisso responsável de todos em respeito à pessoa humana.

Outro desafio básico formulado é a necessidade do princípio da reciprocidade “regra de ouro”, tão conhecida e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade. Na Declaração, ela é descrita de forma positiva: “Faze aos outros, o que queres que façam também a ti”⁸. Essa deveria ser, segundo o documento, “a norma inamovível e incondicional para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões. (KÜNG, 2001, p. 23)

A “regra de ouro”, conhecida mundialmente na Bíblia cristã, foi formulada muito antes do cristianismo, sendo proferida pelos seguintes mestres e expressões religiosas:

- a) Confúcio (cerca de 551-489 a.C.): “o que tu mesmo não queres, não faça a outra pessoa” (Ditos 15.23);
- b) Rabi Hillel (60 a.C. a 10 d.C.): “não faças aos outros o que não querem que eles façam a ti” (Shabbat 31^a);

⁸ Esta regra também aparece no artigo 4º da Declaração das Responsabilidades Humanas.

c) Jesus de Nazaré: “tudo aquilo que quereis que os homens façam a vós, fazei-o vós mesmos a eles” (Mateus 7,12 e Lucas 6,31);

d) Islã: “ninguém é crente enquanto não desejar ao seu irmão o que deseja para si mesmo” (Quarenta Hadith de Nawawi, 13);

e) Jainismo: “os seres humanos deveriam ser indiferentes às coisas mundanas e tratar todas as criaturas do mundo como eles mesmos deveriam ser tratados” (Sutrakritanga I, II, 33);

f) Budismo: “um Estado que não é agradável ou aprazível para mim, também não será para ele, e como posso impor ao outro um Estado que não é agradável ou aprazível para mim? (Samyutta Nikaya V, 353.3-342.2);

g) Hinduísmo: “não se deve agir em relação ao outro de modo desagradável para si mesmo: é esta a essência da moralidade” (Mahabharata XIII 114, 8).

Percebemos nesta perspectiva histórico-religiosa, que muitos líderes e mestres das religiões expressaram, em diferentes contextos, este anseio de reciprocidade. Com efeito, estas frases paralelas à da “regra de ouro” apenas apresenta uma diferença de palavras, porém, têm um significado similar.

A formulação positiva na Declaração, na concepção de Hans Küng, permite ir além do interesse próprio, requerendo uma bilateralidade equilibrada, “quando as pessoas por amor e entrega, deixam seus interesses próprios, quando chegam a amar seus inimigos, inclusive sacrificando sua vida por eles”. (KÜNG; RINN-MAURER, 2008, p. 55, tradução nossa) A “regra de ouro” continua sendo o princípio racional que fala precisamente a causa da razão dos homens e seu egoísmo, apropriada para a redução da violência, “segue cumprindo uma importante função, inclusive nos contextos hostis a Deus [...] uma vez proclama esta grandiosa ideia, não pode desaparecer, e assim se transforma o mundo”. (KÜNG; RINN-MAURER, 2008, p. 57, tradução nossa) A “regra de ouro” se configura como alternativa diante de uma sociedade com indivíduos egoístas, sendo que a Declaração afirma:

Egoísmos de toda natureza são condenáveis – individuais ou coletivos, sob a forma de noções de classe, racismo, nacionalismo ou sexismo. Nós os condenamos por que eles impedem a pessoa de ser verdadeiramente humana. Autodeterminação e auto-realização são inteiramente legítimas – desde que não se desvinculem da responsabilidade do ser humano por si mesmo e pelo mundo, da responsabilidade pelas demais pessoas e pelo planeta Terra. (KÜNG, 2001, p. 23)

O princípio da reciprocidade da “regra de ouro” inclui parâmetros muito concretos, refuta o egoísmo humano utilizando a formulação “condenamos” para verbalizar repúdio às atitudes egocêntricas. Deste princípio decorrem quatro linhas mestras muito antigas, presentes na maioria das grandes religiões do mundo. Hans Küng define-as como “mandamentos humanos” que se de desdobram na Declaração como os “quatro preceitos inamovíveis”.

3. Os quatro preceitos inamovíveis

3.1. Não matar – compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida

Em todas as regiões e religiões existem pessoas que se esforçam em viver atitudes não-egoístas, mas engajadas na defesa do semelhante. Mesmo assim, existe no mundo de hoje muito ódio, ciúme e violência, não apenas entre pessoas enquanto indivíduos, mas entre grupos sociais e étnicos, entre classes sociais e raças, nações e religiões. Lamentavelmente, em vários lugares ainda se governa com terror, ditadores violentam sua própria nação e a violência institucional se difunde com alarde, mesmo em países onde existem leis de defesa das liberdades individuais, presos são torturados, pessoas mutiladas e inocentes assassinados.

Como legado das grandes tradições éticas e religiosas antigas se conserva o preceito: *Não matarás!* Ou descrito de forma positiva: *Sente temor diante da vida!* As consequências deste antigo preceito são formuladas na Declaração da seguinte forma:

Toda pessoa tem direito à vida, integridade física e livre desenvolvimento da personalidade, desde que não fira os direitos de outras pessoas. Pessoa alguma tem direito de torturar outra, seja física ou psiquicamente, nem de ferir, nem muito menos de matar a outrem. E nenhum povo, nenhum Estado, raça ou religião têm o direito de discriminar uma minoria, de natureza ou credos diversos, nem proceder a qualquer “purificação”, exilá-la, nem muito menos aniquilá-la. (KÜNG, 2001, p. 25)

Este preceito da soberania do respeito à vida é primordial na Declaração, por isso, é descrito como primeiro preceito inamovível. Onde existem seres humanos, há a inerência de conflitos, situações conflituosas devem ser resolvidas sem uso de violência, no âmbito de uma ordem legal. Quanto aos detentores do poder político e judiciário, são

responsáveis em manter a ordem legal vigente e a lutar em favor de uma ordem internacional pacífica. Pois, “munir-se de armas é um descaminho, desarmar-se uma exigência premente. Que ninguém se engane: sem paz mundial a humanidade não sobrevive”. (KÜNG, 2001, p. 25) Os jovens necessitam ser educados para a paz desde a família, precisando aprender em casa e na escola que “a violência não pode ser instrumento para a confrontação com outras pessoas” (KÜNG, 2001, p. 25), assim, a humanidade vai construindo o processo da criação de uma *cultura da não-violência*.

Neste preceito também se assegura a valorização da vida de animais e plantas que precisam de proteção, cuidado e conservação. Com a afirmação de que “a exploração desenfreada das reservas vitais da natureza, a destruição desrespeitosa da biosfera e a militarização do cosmo são um ultraje” (KÜNG, 2001, p. 25) se faz um apelo em vista das gerações futuras à co-responsabilidade pela vida do planeta terra, afirmando que “todos estamos ligados uns aos outros e somos mutuamente dependentes, cada um de nós depende do bem do todo”. (KÜNG, 2001, p. 25) Portanto, não se deve propagar a dominação do ser humano sobre a natureza, mas sim cultivar a vida em comunidade com a natureza e o cosmo. A Declaração conclui este preceito ressaltando:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa ser cuidadoso e solícito, tanto na vida privada como na vida pública. Jamais devemos ser desrespeitosos ou brutais. Cada povo, cada raça, cada religião, deve manter tolerância, respeito e grande estima aos demais povos, raças e religiões. Minorias – sejam raciais, étnicas ou religiosas – necessitam de nossa proteção e apoio. (KÜNG, 2001, p. 27)

Na conclusão do preceito “compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida”, destacam-se as verdadeiras atitudes humanas como o cuidado, a solicitude, a tolerância e o respeito às minorias.

3.2. Não roubar – Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa

O esforço em praticar a solidariedade e por viver uma vida digna, pelo cumprimento leal de uma profissão, também é vivido por milhões de pessoas em diversas partes do mundo. A sociedade atual produz muita fome, pobreza e miséria. Contudo, o indivíduo não é o único responsável, pois corroboram para esta situação deplorável as estruturas sociais injustas: milhões de desempregados, trabalhadores explorados através

de um trabalho mal remunerado e diferenças assustadoras entre ricos e pobres. O mundo neste último século, com o capitalismo desenfreado e o socialismo estatal totalitário, esvaziou-se dos valores espirituais. A ânsia desmedida por lucro, a avidez sem limites, a mentalidade reivindicatória materialista que sempre exige mais e mais do Estado, sem assumir maior compromisso recíproco – tanto nos países desenvolvidos e industrializados, como nos países em desenvolvimento – têm levado a constantes casos de corrupção em todos os níveis da sociedade.

O preceito “*não roubarás*” foi afirmado na Declaração do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais como legado das grandes tradições éticas e religiosas. A formulação positiva “*age de maneira justa e honesta*” possui como consequência: “pessoa alguma tem o direito de roubar a outra, nem tampouco de violar sua propriedade ou bens comunitários. Ao inverso, no entanto, pessoa alguma tem o direito de fazer uso de suas posses sem respeitar as carências da sociedade e da terra”. (KÜNG, 2001, p. 7)

Diante da predominância da pobreza extrema, o desamparo e o desespero ganham espaço, levando as pessoas a roubar por sobrevivência. Isto é decorrência do acúmulo de poder e riquezas indiscriminadas, que, muitas vezes, desperta nos pobres e marginalizados ressentimentos e até mesmo rebeliões, conduzindo a um círculo vicioso de violência e reações sangrentas. “Que ninguém se engane: Não há paz mundial sem justiça mundial” (KÜNG, 2001, p. 27). Ressalta-se ainda na Declaração a necessidade de os jovens aprenderem na família e na escola que “a propriedade por menor que seja, cria obrigações. Seu uso deve, por menor que seja, servir ao bem comum. Se assim, é possível construir uma *ordem econômica justa*”. (KÜNG, 2001, p. 27)

A Declaração ainda ressalta que “a beneficência individual e projetos isolados de ajuda, por mais imprescindíveis que sejam, não são suficientes”. (KÜNG, 2001, p. 29) É necessário haver participação de todos os estados e a autoridade das organizações internacionais para que se chegue a um equilíbrio justo. A crise de endividamento dos países pobres precisa ser conduzida a uma solução sustentável para todas as partes. Nos países desenvolvidos deve-se distinguir entre consumo necessário e desenfreado e entre um uso justificado e injustificado dos recursos naturais; os países em desenvolvimento carecem de consciência em âmbito nacional. Para todas as partes do mundo, sempre que existirem situação de dominação e opressão, onde instituições oprimirem o povo e o poder oprimir o direito, se faz adequado haver “*resistência* – pacífica, sempre que possível”. (KÜNG, 2001, p. 29)

Conclui-se este segundo preceito afirmando que “ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas” (KÜNG, 2001, p. 27) significa:

a) Ao invés de usurpar o poder econômico e político, em meio a uma luta irrespeitosa pelo domínio, deve-se utilizá-lo para o serviço ao ser humano. Precisamos

desenvolver um espírito de compaixão com os que sofrem e ter uma preocupação especial com os pobres, deficientes, idosos, fugitivos e solitários;

b) Ao invés de um pensamento unicamente voltado ao poder, e ao invés de uma política de poder desenfreada, é preciso fazer prevalecer o respeito mútuo em meio à inevitável concorrência que surge na disputa pelo poder, um equilíbrio razoável dos interesses e uma predisposição para o respeito e a conciliação;

c) Ao invés de um desejo insaciável por dinheiro, prestígio e consumo, é preciso reencontrar um novo senso de comedimento e humildade. Pois, o ser humano entregue ao desejo, perde sua “alma”, sua liberdade, seu desprendimento, sua paz interior e perde, com isso, o que o torna humano.

O compromisso assumido pelos delegados do Parlamento, nestas palavras conclusivas do segundo preceito inamovível, leva-nos a perceber o quanto é desafiante construir uma ordem econômica justa e, mais ainda, a preservação da humanidade em meio à luta pelo poder.

3.3. Não mentir – compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade

O empenho de inúmeras pessoas em viver, em nossos tempos, uma vida de honestidade e veracidade, está presente em várias regiões e religiões. Em contraste a este empenho, também verificamos no mundo de hoje, muitas mentiras e hipocrisia, ideologia e demagogia:

Políticos e homens de negócios que usam a mentira como instrumento de política e de êxito; meios de comunicação de massa que veiculam propaganda ideológica ao invés de informação veraz, que propagam desinformação e não informação, que rendem tributo a um cínico interesse comercial, ao invés de se manterem fieis à verdade; cientistas e pesquisadores que se entregam a programas ideológicos ou políticos moralmente questionáveis ou a grupos de interesses econômicos, e que justificam pesquisas lesivas a valores éticos fundamentais; representantes de religiões que degradam pessoas de outras religiões a uma condição de inferioridade e propagam fanatismo e intolerância ao invés de respeito, compreensão mútua e tolerância. (KÜNG, 2001, p. 31)

Estas situações mencionadas na Declaração de uma Ética Mundial não intencionam suscitar desesperança, mas, clarificar a realidade que se enfrenta em quase todos os países do mundo em relação à propagação de mentiras. Daí a importância do preceito “*não mentirás*” ou descrito de forma positiva: *fala e age com veracidade*. Reflete como consequência deste antigo e, ao mesmo tempo, tão novo preceito: “pessoa alguma, nem nenhuma instituição, estado, igreja ou comunidade religiosa têm o direito de dizer inverdades às pessoas”. (KÜNG, 2001, p. 31) Direcionado em especial para: os meios de comunicação de massa, a arte, a literatura e a ciência, os políticos e partidos políticos e representantes das religiões. Hans Küng elucida que “ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial”. (KÜNG, 2001, p. 33)

Os jovens, por conseguinte, já deveriam aprender na família e na escola a cultivar a veracidade em seu pensamento, fala e ação. Todo ser humano tem direito à verdade, à informação e formação necessárias para poder tomar decisões fundamentais para sua vida. Todo ser humano tem direito a uma orientação ética básica de não lograr, a distinguir entre o que seja importante ou trivial. Os parâmetros éticos prestam uma imensa ajuda quando fatos estiverem sendo distorcidos, interesses acobertados e opiniões sendo apresentadas como absolutas.

Este terceiro preceito do compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade conclui-se com a afirmação:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas significa o seguinte: ao invés de confundir liberdade com arbitrariedade, e pluralismo com falta de critérios, fazer valer a verdade; ao invés de desonestidade, dissimulação e acomodação oportunista, cultivar o espírito de veracidade, também nas relações cotidianas de pessoa para pessoa; ao invés de meias verdades ideológicas ou partidárias, procurar sempre reiteradamente a verdade, em um espírito incorruptível de veracidade; ao invés de render tributo ao oportunismo, e uma vez conhecida a verdade, servi-la com confiança e constância. (KÜNG, 2001, p. 33)

O princípio ético da veracidade é um valor inquestionável em todas as tradições e expressões religiosas, sendo fator de credibilidade para qualquer instituição econômica ou social.

3.4. Não fornicar – compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher

O espírito de companheirismo entre milhares de homens e mulheres que desejam uma vida responsável no âmbito do amor, da sexualidade e da família é um fator, felizmente encontrados em muitas regiões e religiões. Ainda assim, em nossa sociedade atual existem formas condenáveis de patriarcalismo, dominação do homem sobre a mulher, exploração e abuso sexual de mulheres e crianças, prostituição forçada e dificuldades financeiras – levam, não raramente, a mulheres e mesmo crianças, nos países mais pobres, a fazer uso da prostituição como meio de luta pela sobrevivência.

O preceito transmitido pelas grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade “não serás incasto”, ou “não fornicarás”, continua sendo um grande valor para os seres humanos. Sua forma positiva “*respeitai e amai uns aos outros*”, resulta nas seguintes consequências: “pessoa alguma tem o direito de degradar o outro a mero objeto de sua sexualidade, fazê-lo incidir ou mantê-lo em dependência sexual”. (KÜNG, 2001, p. 35) A condenação da exploração sexual e a discriminação de gênero são vistas na Declaração como “uma das piores formas de humilhação dos seres humanos” (KÜNG, 2001, p. 35), e reafirma-se categoricamente que “não há verdadeira humanidade sem um convívio pautado pelo companheirismo”. (KÜNG, 2001, p. 35)

A juventude é imprescindível aprender na família e na escola que a sexualidade não é uma força *negativa-destruidora* ou *exploradora*, mas uma força criadora e formadora. Sua função é afirmar a vida e criar comunidade, e ela só se desenvolve quando for vivenciada a responsabilidade pela felicidade do companheiro ou companheira. Algumas tradições religiosas também possuem o ideal da renúncia ao desenvolvimento da sexualidade. Esta renúncia voluntária também pode ser expressão de identificação e renovação de sentido.

A instituição social do matrimônio é caracterizada pelo “amor, fidelidade e duração”, mesmo diante de todas as diferenças culturais e religiosas. Em todos os países e culturas é preciso “empenhar-se por condições econômicas e sociais que possibilitem uma existência humanamente digna do casamento, da família, e em especial das pessoas idosas”. O direito à educação para filhos, bem como o cuidado mútuo deve ser priorizado. Ao concluir o quarto e último preceito inamovível a Declaração reitera:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte: ao invés de dominação ou humilhação, que são expressões de violências e frequentemente geram reações violentas, cultivar respeito,

compreensão e companheirismo; ao invés de toda forma de desejo sexual possessivo ou de abuso sexual, cultivar respeito mútuo, tolerância, conciliação e amor. (KÜNG, 2001, p. 37)

Constata-se que, no plano das nações e religiões, só se pode praticar o que já se vive no plano das relações pessoais e familiares.

Conclusão

Experiências no decorrer da história demonstram que não se realizarão transformações no mundo sem que se chegue a mudanças de consciência no indivíduo e na opinião pública. Assim como questões ligadas à guerra e à paz, a economia e a ecologia passaram por mudanças fundamentais nas últimas décadas. Tais mudanças precisam ser alcançadas no campo da ética.

Hans Küng ressalta ao concluir a Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais que “manter viva essa responsabilidade, aprofundá-la e transmiti-la para as gerações futuras – eis uma importante incumbência das religiões”. (KÜNG, 2001, p. 37) Ainda declara que é preciso manter-se realista ao que se já alcançou nesse consenso, aludindo que se observe o seguinte: é difícil obter um consenso universal para muitas questões éticas específicas e polêmicas, contudo, no espírito dos princípios comuns aqui desenvolvidos deveriam ser encontradas soluções objetivas também para muitas questões que permanecem polêmicas.

Em muitos campos já se despertou uma nova consciência para responsabilidade ética, sendo louvável que o maior número das classes profissionais como os médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas e políticos elaborem *códigos de ética* capazes de oferecer diretrizes concretas para questões provocativas de seu respectivo meio profissional. Instamos, sobretudo, as comunidades de fé em particular para que formulem sua ética específica, o que cada uma das tradições de fé tem a dizer sobre o sentido da vida e da morte. Tudo isso contribuirá para aprofundar, especificar e concretizar a ética mundial que se reconhece nesse momento.

O Projeto de Ética Mundial não pretendeu assumir uma visão redentorista, uma vez que a Declaração resultante do mesmo pretende suscitar no leitor uma inquietação que o leve a questionar-se sobre o seu papel e a influência de suas ações no seu meio social. A ética não deve ser entendida simplesmente como um conceito abstrato. Ela só tem sentido se for incorporada à prática dos indivíduos, e se estes estiverem realmente dispostos a criticarem, questionarem, conhecerem e a se comprometerem com as propostas de uma ética mundial.

Portanto, o projeto de uma ética mundial não apresenta receitas prontas e caminhos mapeados, apenas sugere marcos norteadores a serem vivenciados pelos que acreditam nos princípios do bem da humanidade e no poder da reciprocidade no cotidiano de suas vidas, alicerçados pelos mandamentos defendidos por Hans Küng como mandamentos do gênero humano: não matar, não roubar, não mentir e não fornicar.

O Segundo Parlamento das Religiões Mundiais foi um dos eventos históricos mais significativos no tocante ao diálogo entre as religiões mundiais, principalmente pela repercussão da Declaração de Ética Mundial, que suscitou esperança de relações pacíficas entre as religiões e de ambas cooperarem para o bem comum da humanidade.

Referências

HASSELMANN, Christel. A Declaração sobre Ética Global de Chicago 1993. *Concilium*, Petrópolis, Vozes, n. 302, p. 25-39, 2003.

KÜNG, Hans. *As religiões do mundo*. Em busca de pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.

_____. Empresas globalizadas e Ética Global. *Concilium*, Petrópolis, Vozes, v. 4, n. 289, p. 97-155, 2001.

_____. *Para que um ethos mundial?* Religião e ética em tempos de globalização. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. *Projeto de Ética Mundial*: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. *Teologia a caminho*: Fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____; MOLTSMANN, Jürgen. Em busca de um *ethos* mundial das religiões. Ética das grandes religiões e direitos humanos. *Concilium*, Petrópolis, Vozes, n. 228, p. 113-134, 1990.

_____; RINN-MAURER, A. *La ética mundial entendida desde El cristianismo*. Madrid: Trotta, 2008.

_____; Hans; SCHIMIDT, Helmut. *Uma ética mundial e responsabilidades globais*: Duas declarações. São Paulo: Loyola, 2001.

SANCHEZ, Wagner Lopes. *Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulus, 2015.

TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio M. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: A arte do possível*. Aparecida: Santuário, 2015.